



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	12510/2023
Data do Início	19/06/2023
Folha	09
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 22220/2022, Pregão Presencial 14/2023

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de mão de obra, todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários, a serem executados nas dependências das Unidades Escolares do Município de Maricá e em todos os prédios administrados pela Secretaria de Educação.

À Secretaria Requisitante,

A empresa **CTX SOLUTIONS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES

Em resumo, a impugnante questiona:

I- O prazo para apresentação do Balanço Patrimonial.

III – DO MÉRITO

Se torna necessário trazer ao debate os dispositivos que disciplinam o tema, os quais estão previstos no artigo 1.065 c/c 1.078, I, do Código Civil, bem como ao disposto na Instrução Normativa RFB n.º 2003/2021, nos seguintes termos:

Código Civil

“Art. 1.065. Ao término de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:

I – Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;”

Instrução Normativa RFB nº 2003/2021

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD) a que são obrigadas as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas, e sobre a forma e o prazo de sua apresentação.

(...)

Art. 3º Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas e as entidades imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial.

(...)

Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário a que se refere a escrituração.

Cumprindo ainda esclarecer que o tema não possui entendimento pacífico nos precedentes pátrios, vejamos.

O primeiro entendimento posiciona-se no sentido de que os documentos referentes ao Balanço Patrimonial somente seriam exigíveis a partir do prazo final delimitado pela respectiva Instrução Normativa da Receita Federal para as empresas submetidas a seus



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

regramentos, nos termos do Acórdão 2669/2013 do Tribunal de Contas da União – Relator Valmir Campello.

Já um segundo entendimento indica que uma instrução normativa não poderia alterar o prazo estabelecido em lei ordinária, conforme Acórdão 1999/2014 do Tribunal de Contas da União.

Num outro pensamento, o Tribunal de Contas da União tem decidido no sentido de aceitar o Balanço Patrimonial, respeitando o prazo indicado na referida Instrução Normativa para as empresas sujeitas a escrituração por meio do SPED.

20. Sustento entendimento diverso justamente por não vislumbrar qualquer tipo de conflito entre o conteúdo do art. 1.078 do Código Civil e o teor do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) 1.420/2013, como sugere o sobredito acórdão. Ao revés, homenageando a interpretação sistêmica do ordenamento jurídico vigente, defendo que ambos os dispositivos se prestam justamente a complementar o art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93, conferindo-lhe assim eficácia plena, senão vejamos.

(...)

22. Entendo que a expressão acima empregada “na forma da lei” refere-se tão somente ao termo “apresentados”, e não à expressão “já exigíveis”. Significa dizer que a lei disciplinará a apresentação do “balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social”, estando esse disciplinamento hoje contemplado no Código Civil (Lei 10.406/2002), especificamente em seu art. 1.078 – o qual deixa assente que tal apresentação será feita para que a assembleia dos sócios da sociedade limitada delibere sobre os documentos que lhe foram apresentados –, nada discorrendo sobre a exigibilidade dessa documentação para fim de participação em processo licitatório. Atente-se para o conteúdo desse dispositivo legal:

(...)

26. Em apertada síntese, somente quando a convocação de licitante – que tem como regime de tributação o lucro real ou o lucro presumido – para apresentação da documentação prevista no art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93 ocorrer após o último dia útil do mês de junho de determinado exercício social, a documentação a ser apresentada no certame relativa ao “balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social” será realmente a pertinente ao exercício social anterior àquele em que fora efetivada a referida convocação. (TCU - Acórdão 119/2016 - Relator Vital do Rêgo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Contudo, ainda no Acórdão 119/2016 do TCU, nota-se disposto o seguinte:

27. Em que pese a tese defendida nos parágrafos precedentes, reconheço que a inexistência de uma jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte de Contas pode ser suprida pelo próprio responsável pela condução do processo licitatório, por meio de inserção de cláusula editalícia que indique expressamente o exercício a que deve se referir o balanço patrimonial a ser apresentado para fins de comprovação da capacidade econômico-financeira dos licitantes. Com essa medida, o instrumento convocatório supriria quaisquer dúvidas dos interessados acerca do assunto, razão pela qual proponho ao colegiado dar ciência ao TRT do ocorrido para que tal lacuna possa ser preenchida no edital que vier a ser publicado. (Grifo e negrito nosso) (TCU - Acórdão 119/2016 - Relator Vital do Rêgo)

Assim, com todo o exposto, a solução com maior segurança jurídica para as empresas que buscam contratar com a Administração Pública é se organizar contabilmente para cumprir o prazo do Código Civil (30 de abril), mesmo aquelas que estão no lucro real ou lucro presumido qualificado. Essa opção afasta qualquer risco de que seja alegado descumprimento da legislação de habilitação

Já pensando em termos estritamente jurídicos, o critério da hierarquia entre as normas tem grande relevância, vez que trata do cumprimento da legalidade da essência. A circunstância de um ato regulamentar, editado por um único agente político, sobrepor-se a uma lei, que é resultado da aprovação no Legislativo, não se coaduna com o Estado Democrático de Direito.

No caso, se não for possível compatibilizar as duas regras sobre o prazo do balanço patrimonial, deve preponderar o marco de 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício do Código Civil.

Já no âmbito das licitações, o embate pode ser evitado mediante disposição no edital, definindo o parâmetro a partir do qual será exigida a apresentação do balanço patrimonial referente ao exercício anterior. A vinculação ao instrumento convocatório se apresenta como melhor solução de ordem prática, com respaldo legal.

Dessa forma, com muitos entendimentos divergentes, cabe a esta especializada decidir pelo que melhor atende à esta Administração Pública, seguindo as minutas padronizadas pela Procuradoria Geral deste município. Assim, também com o respaldo do Acórdão 119/2016, mantém-se ratificada a observação constante no edital, como se lê:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

“Para efeito de qualificação econômico-financeira, o balanço patrimonial e demais demonstrativos contábeis de todas as licitantes deverão estar obrigatoriamente aprovados até 30 de abril do presente exercício financeiro, fixando-se esta data no presente instrumento convocatório, com vistas a consolidar administrativamente a data limite para atendimento dos respectivos licitantes. Caso não apresentadas as referidas documentações no aludido prazo, as licitantes estarão inabilitadas. (TCU - Acórdão 119/2016 – Rel. Vital do Rêgo) ”

IV – DA CONCLUSÃO

Mediante o exposto e toda fundamentação narrada nos autos do processo, essa especializada opina pelo INDEFERIMENTO da presente impugnação e o submete à apreciação e manifestação da Secretaria Requisitante.

Em 21/06/2023

Maria Lúcia Cardoso Travassos
Mat. 111.813

De acordo,

Flávia Maria Nogueira Mattos
Pregoeira
Mat. 109.262